


**Educação patrimonial:
uma reflexão sobre os bens culturais das pequenas cidades**

Dirceu Piccinato Junior

Doutor em Urbanismo – ATITUS Educação, Passo Fundo, Rio Grande do Sul

 <https://orcid.org/0000-0001-5153-0931>

E-mail: dirceu.piccinato@atitus.edu.br

Resumo: Com o acelerado processo de modernização das cidades é possível observar um desinteresse em relação aos diferentes bens de valor patrimonial. Tal situação, quando observamos uma pequena cidade, se apresenta de maneira acentuada, ou desvalorizada, sem o “olhar afetivo” dos moradores locais. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo debater o patrimônio cultural das pequenas cidades a partir de uma atividade acadêmica da graduação em Arquitetura e Urbanismo da Atitus Educação, campus Santa Teresinha, Passo Fundo-RS. Uma estratégia que caracteriza e valoriza os bens de interesse cultural é a educação patrimonial. Nela, a memória como uma ação vivenciada no cotidiano dos habitantes resgata e fortalece os laços, os sentimentos e o senso de pertencimento. Essa atividade acadêmica permitiu que os alunos vislumbassem nesses núcleos urbanos um conjunto relevante de expressões culturais que conformam identidades socioterritoriais. Concomitantemente, ponderaram sobre as formas de valorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: “Reflexão-na-ação”; Patrimônio cultural; Pequenas cidades; Educação patrimonial; Rio Grande do Sul.

Heritage education: a reflection on cultural assets in small towns

Abstract: With the accelerated process of modernization of cities, it is possible to observe a lack of interest in relation to different assets of patrimonial value. Such a situation, when we observe a small town, presents itself in an accentuated way, or devalued, without the “affective look” of the local residents. In this sense, this article aims to discuss the cultural heritage of small cities from an academic activity of the graduation in Architecture and Urbanism of Atitus Educação, Santa Teresinha campus, Passo Fundo-RS. A strategy that characterizes and values assets of cultural interest is heritage education. In it, memory as an action experienced in the daily life of the inhabitants rescues and strengthens ties, feelings and a sense of belonging. This academic activity allowed students to glimpse in these urban centers a relevant set of cultural expressions that shape socio-territorial identities. At the same time, they pondered on ways of valuing cultural heritage.

Keywords: “Reflection-in-action”; Cultural heritage; Small towns; Heritage education; Rio Grande do Sul.

Texto recebido em: 07/04/2023

Texto aprovado em: 10/05/2023

Introdução

Como docente da Escola Politécnica, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Atitus Educação, campus Santa Teresinha, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, três aspectos me chamavam a atenção quando abordava com os alunos questões que tangenciavam o urbanismo e o patrimônio cultural: a ideia de que o conceito de urbanismo contemporâneo refere-se apenas às cidades médias e grandes, de que o patrimônio cultural caracteriza-se como um artefato monumental e de que o tombamento é o único instrumento de salvaguarda de um bem de valor cultural. Tais aspectos me incomodavam, pois são visões pragmáticas da cultura e das suas diferentes expressões.

Tomando como referência essas percepções em relação aos alunos, propusemos uma outra perspectiva de interpretação dentro da disciplina “Arquitetura Discutida IV: Patrimônio Cultural e Técnicas Retrospectivas”. Essa disciplina é oferecida no 8º período do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Atitus Educação, cidade de Passo Fundo. A proposta foi organizar os conteúdos programáticos e o trabalho, almejando demonstrar a esses alunos a importância e o significado das pequenas cidades e seus respectivos patrimônios culturais.

A construção da proposta de trabalho desenvolvida pelos alunos, que se configura na própria metodologia para a elaboração desse estudo, foi articulada com base nas ideias de Donald A. Schön (2000), que estuda a ação de educar um profissional reflexivo, ou seja, uma nova dinâmica para o ensino e para a aprendizagem. O pesquisador nos apresenta o conceito “reflexão-na-ação”. Para ele, a arquitetura é uma profissão carregada de funções sociais importantes, mas ela é também uma arte. Os alunos desse curso devem aprender fazendo, refletindo a realidade, desenvolvendo visões e propondo soluções que permitam alterar um status quo socioterritorial. Isso significa que, ao fazer uma atividade, um trabalho, o aluno está refletindo sobre a sua realidade. A “reflexão-na-ação” tem uma finalidade crítica, questiona o próprio conhecimento quando ele está em processo. Nesse tipo de reflexão, o ato de pensar nos leva a empreender experimentos e mais pensamentos. Assim, quando os estudantes “respondem a zonas indeterminadas da prática, sustentando uma conversação reflexiva com os materiais de suas situações, eles refazem parte de seu mundo prático” (SCHÖN, 2000, p. 39) e

revelam os processos de compreensão e construção de uma visão de mundo estruturados na prática.

Ressaltamos que, para que essa prática reflexiva atingisse o resultado esperado, um conjunto de conceitos trabalhados em aulas foram fundamentais para que os alunos pudessem correlacionar todo esse ideário às suas respectivas realidades sociais, territoriais e culturais.

Esse artigo conforma-se como o relato de uma experiência acadêmica que foi constituída a partir de um objetivo maior, geral, isto é, debater o patrimônio cultural das pequenas cidades. Como objetivos específicos, destacamos: i) analisar conceitos necessários para a compreensão do que é hoje, na contemporaneidade, patrimônio cultural; ii) desenvolver pesquisa de campo; e iii) inventariar os bens de interesse cultural. Para tanto, partimos da hipótese de que a educação, nesse caso a patrimonial, permite que novos horizontes possam ser vislumbrados com relação aos artefatos culturais locais. Num desses horizontes ponderamos que “preservar não é tomar, e renovar não é pôr tudo abaixo”, como bem nos afirma Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1986).

Como mencionado acima, o presente artigo é o relato de uma experiência, por isso a metodologia proposta no âmbito do trabalho desenvolvido pelos alunos será descrita em detalhes em momento adequado. Para tanto, o texto está dividido em quatro itens: no primeiro, a introdução, abordaremos a gênese das ideias que fomentaram o trabalho desenvolvido pelos alunos e os procedimentos metodológicos adotados; no segundo item, a discussão é relativa a alguns conceitos pertinentes para a compreensão do patrimônio cultural; no terceiro item, destacamos o relato de caso, pormenorizando o trabalho proposto e os resultados alcançados com ele; por fim, no último item, as considerações finais, apresentamos nossas ponderações destacando que a “reflexão-na-ação” desses alunos permitiu que eles ressignificassem seus territórios, suas histórias, suas culturas, suas realidades.

Algumas considerações sobre patrimônio cultural

O debate sobre patrimônio cultural está diretamente relacionado à memória e à História. Torna-se necessário e importante esclarecer essas duas dimensões conceituais e sua implicação neste debate. Para dissertar sobre a memória e a

História nos apoiaremos nas considerações de Pierre Nora em seu texto clássico “Entre Memória e História: A problemática dos lugares” (1993). O historiador argumenta que vivenciamos um processo acelerado da História. Tal conjuntura promove uma ruptura com o passado e o esfacelamento da memória. Esses acontecimentos só foram possíveis porque vivemos uma cultura de massificação, de midiaticização. Avançando com a reflexão, observamos que nos encaminhamos para o fim das “sociedades-memória”, que são, na verdade, aquelas que nos asseguram a conservação e transmissão de valores, como as escolas, as igrejas, os grupos sociais, entre outras. Nesse sentido, segundo Nora, vivenciamos um momento de ruptura de um elo de identidade que nos configura como pertencentes a uma realidade, a um espaço territorial, a um modo de viver e se relacionar (NORA, 1993).

Memória e História, dois conceitos que estão longe de serem sinônimos. Para Nora (1993), a memória é vida, é ativa, é vivenciada. Nesse movimento, os grupos vivos resgatam suas memórias cotidianamente, ressignificando, experienciando e transmitindo valores, sentidos e sentimentos. Ela se abre para a dialética da lembrança, permitindo usos, reúsos e manipulações, revigorando-se, conferindo sentido, pertencimento e identidade aos grupos sociais. Já a História é uma reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não mais existe, não mais faz sentido em nossas vidas. Ela carece de análise crítica, de crivo científico. Ela é universal. A memória é um fenômeno sempre atual. Ela alimenta lembranças, afetos. Ela emerge de um grupo que dá sentido a ela. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 9).

Outro autor que debate memória e História é o historiador francês Jacques Le Goff. O referido autor, em seu livro “História & Memória”, disserta sobre as histórias vividas pelas diferentes sociedades, esforçando-se para descrevê-las e interpretá-las. Da antiguidade ao contemporâneo, Le Goff procura percorrer, indagar e confrontar as etapas de vida do indivíduo, refletindo sobre o próprio homem como ser social, suas relações com os ambientes, natural e antropizado, sobre os eventos e as temporalidades. Considerando que a História é uma ciência do passado, Le Goff (2013, p. 28) argumenta que o “passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”. Acerca da memória, o autor reflete que é a partir dela que “o homem pode atualizar impressões e informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387). Nesse sentido, ponderamos a

importância e a necessidade de a memória ser viva, pois é mediante a sua ativação que os bens culturais são ressignificados no cotidiano das sociedades.

Iniciamos o nosso debate sobre patrimônio cultural a partir da memória e da História porque foi por intermédio desse posicionamento de Pierre Nora que o conceito foi passado para os alunos. A proposta era fomentar uma reflexão sobre a cultura gaúcha, considerando as danças, as vestimentas, a culinária, a arquitetura, o saber e o saber-fazer trazidos e assimilados em terra nacional pelos primeiros colonos europeus. O intuito era o de elaborar argumentos, junto com eles, que explicassem a ideia de que preservar não é somente tomar. Há outras formas de preservar uma cultura sem necessariamente institucionalizar; uma delas, e, talvez, a mais significativa, é a memória, pois ela é vida, é ativa e desperta afetos, expressa identidade, significa cultura. Um exemplo dessa realidade é o mês de setembro. As crianças são incentivadas pelos pais a irem para as escolas vestidos de “prenda”, no caso das meninas, e os meninos de “peões”. Isso é memória.

Patrimônio cultural é memória e é História. Mas para continuar o debate é necessário que busquemos respostas para três questões: por que preservar? A quem interessa preservar? Como preservar? O patrimônio cultural está dividido em três categorias. Na primeira categoria estão inseridos os elementos da natureza, o meio ambiente, seus recursos naturais, a paisagem natural e seus diferentes símbolos. O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer. Aqui está contida toda a capacidade que o homem tem de ser e fazer para sobreviver em seu ambiente. Na terceira categoria estão reunidos todos os bens culturais. Neles identificamos toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções (LEMOS, 2013).

Mas por que preservar? Preservar não é só guardar objetos, coisas, centros de cidades. Preservar é gravar, filmar, colher depoimentos, fotografar. É manter vivos, mesmo que modificados, usos e costumes. É fazer levantamento; é garantir a memória ativa e absoluta de uma cultura. Contudo, o interesse de preservar está presente apenas em uma parcela muito pequena da sociedade. A grande maioria está atenta ao progresso e a toda a lucratividade que ele pode proporcionar, do que são exemplos a especulação imobiliária e o turismo. Para que os diferentes símbolos culturais não se tornem História, impressos em fotografias e livros, o ato de preservar pressupõe uma série de atividades e posturas frente aos bens culturais.

Neste momento, podemos registrar as legislações de valorização, preservação e conservação dos artefatos, como também a educação patrimonial.

Analisando o momento atual, percebe-se que o patrimônio cultural constitui um campo em rápida expansão e mudança. Nunca se falou tanto sobre patrimônio cultural como agora. Assim como nunca se forjaram tantos instrumentos para conservar e preservar o patrimônio cultural. Tal conjuntura nos revela, nas entrelinhas, que ele se tornou extremamente complexo. Ele passou de uma temática de interesse limitado, para um assunto que gera controvérsia, mobilização e comoção. O que evidencia que o termo patrimônio cultural passou, e vem passando, por um processo de ampliação de seu conceito.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural acontece devido à globalização, de modo que, nas últimas décadas, notamos um processo de “padronização”, uniformizando valores, comportamentos, modos de vida. Esse movimento de padronização cultural está gerando um sério problema para o patrimônio cultural, isto é, ele está ameaçando as diferenças regionais. Um outro aspecto de ameaça ao regionalismo é a financeirização dos bens culturais.

O pesquisador George da Guia (2020, p. 32) defende a tese de que, a partir das políticas de desenvolvimento perpetradas por bancos nacionais e internacionais, o lugar que o patrimônio passou a ocupar é o de um ativo financeiro. Segundo Guia, os bens culturais assumiram uma identidade e uma memória “pasteurizada”, ou seja, essas dimensões confundem-se com o poder do dinheiro e configuram-se em dinâmica de mercantilização. Assim, “o patrimônio cultural passa a ter uma forma de poder geopolítico e social que pode ser apropriado por corporações transnacionais, pelos Estados-nação, além de grupos sociais e pessoais”. O que esse tipo de conjuntura ocasiona é a exclusão territorial, o aumento das desigualdades sociais, a despossessão de bens culturais e até mesmo a invisibilidade e exclusão de manifestações culturais. Nessa perspectiva, “tempo é dinheiro”.

Anteriormente, o discurso patrimonial estava baseado na ideia de “monumento histórico e artístico”. Um bem patrimonial só poderia ser reconhecido como tal se fosse um monumento, representativo de um grande feito passado. Hoje, percebemos que um bem patrimonial pode ser também um conjunto de bens culturais, expressando, caracterizando, representando feitos, momentos, tradições tanto de uma pequena comunidade, como também de um grande centro urbano.

Com essa ampliação podemos identificar bens de valor patrimonial material, imaterial e natural. Os bens imateriais podem ser elencados como aqueles que expressam formas, modos de viver, modos de fazer e criar. Quanto aos bens materiais, destacamos todas as formas de expressão física, como cidades, construções, documentos, ferramentas etc. Sobre os bens naturais apontamos as paisagens, os territórios, os cursos d'água, entre outros. O alargamento do conceito complexificou o debate, assim como as políticas e instrumentos de valoração, preservação e conservação dos artefatos culturais.

Sobre esse processo é relevante mencionar, ainda, que a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a contemplar as diferentes manifestações populares e a moderna cultura de massa. O que está sendo argumentado é que estamos superando uma visão linear da cultura como um “conjunto de coisas”, para analisá-la agora como um processo da formação de significados.

Brant (2009, p. 17) destaca que cultura é poder e é algo complexo. Ela não deve ser limitada a uma perspectiva artística, econômica ou social, mas como sendo a conjugação desses três contextos. Sob essa conjuntura, o pesquisador defende que a cultura tem que cumprir sua função: transformar as realidades socioterritoriais e contribuir para o desenvolvimento humano nos seus mais variados aspectos. Ela, portanto, conforma-se como “algo que identifica o indivíduo em seu espaço, lugar, época, tornando-o capaz de sociabilizar e formar espírito crítico”.

Com um olhar ácido sobre cultura, Zygmunt Bauman (2013, p. 21) disserta que em nosso “mundo líquido moderno” a cultura se assemelha a uma seção de uma loja de departamentos. O que o pesquisador revela é que as pessoas estão sendo transformadas em consumidores. Os bens culturais estão expostos em prateleiras, prontos para serem consumidos e não mais vivenciados. “Em suma, a cultura da modernidade líquida não tem um “populacho” a ser esclarecido e dignificado; tem, contudo, clientes a seduzir”. Sendo assim, o desafio que se coloca para os “comerciantes de cultura” é o de evitar o sentimento de satisfação.

Os argumentos expostos acima sobre cultura são de significativa relevância, pois a partir deles foi possível refletir com os alunos os rumos dos artefatos culturais, forjando uma realidade que valoriza não apenas esses artefatos, mas também a comunidade, a sociedade que confere sentido a eles; ou, ao contrário,

permite que esses espaços de interesse patrimonial se transformem em lugares relativos: relativos em significado, em valor, em cultura.

Refletindo brevemente sobre o conceito de cultura, abre-se uma oportunidade para debater a preservação. Essa ação que envolve processos e escolhas determina a criação de instrumentos que resguardem os bens patrimoniais. É, em certa medida, elencar e distinguir aquilo que será preservado daquilo que será relegado a segundo plano. É determinar o que será memória e o que será história. Sob essa conjuntura, o tombamento foi colocado em primeiro plano para preservar os artefatos. Há, contudo, argumentos que questionam o tombamento como parecer final para a preservação.

Na década de 1980, precisamente em 1986, o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos publicou na revista *Projeto* um artigo que tinha como prerrogativa debater o tombamento como único instrumento para a preservação, como já mencionamos acima. Santos (1986) analisa as cidades, particularmente as brasileiras, como mercado. As atividades econômicas estavam fora de controle; conseqüentemente, as dimensões sociais também. Tal conjuntura gera espaços exclusivos dos ricos ou dos pobres. É, portanto, necessário rever esse encaminhamento, pois a “cidade fala”. E, ao “falar”, as cidades possibilitam que se ouçam os diferentes territórios, os diferentes atores, que se sintam as expressões de afetos. Mediante essas mobilizações já não faz sentido tomar edifícios monumentais. Para o autor, o tombamento, como estava sendo praticado, gerava desgostos por parte de todos: do governo, pois tinha que se responsabilizar pelos bens; dos proprietários, devido ao direito de propriedade; e da sociedade, que não entendia (e não entende) por que alguns artefatos são preservados. O que o arquiteto nos revela é que, em certa medida, o tombamento gera entraves. Uma alternativa sugerida pelo autor é “manter as cidades vivas” (SANTOS, 1986, p. 61), fomentar suas memórias ativas.

É relevante esclarecer que o tombamento foi instituído como instrumento para a salvaguarda do patrimônio cultural quando da fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936, o Sphan, que estabeleceu quase que um *modus operandi*: inventaria e depois tomba. Segundo Santos (2018), a constituição de um bem em patrimônio passava, conseqüentemente, pelo rito do tombamento. Nele é sacralizado o passado.

Dando continuidade à reflexão sobre a ideia de que “preservar não é tomar”, Castriota (2009, p. 191) comenta que, quando da criação do Sphan, o tombamento foi reconhecido como a figura jurídica central para a salvaguarda, sendo o inventário uma etapa intermediária. “De acordo com a legislação brasileira, os bens culturais só seriam considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de tombados, cabendo ao inventariamento um papel secundário e propedêutico”. Prosseguindo em sua análise, o pesquisador revela que o inventário deve ser compreendido como um instrumento que confere juridicamente, aos bens ali listados, significância legal e patrimonial. Para ele, a preservação deve fazer uso do “inventário não só como instrumento de registro, mas como um efetivo instrumento de controle do desenvolvimento da paisagem urbana” (CASTRIOTA, 2009, p. 205).

Recentemente, em 2021, os pesquisadores Andréa da Rosa Sampaio e Gabriel Verinaud Soares refletiram sobre a ideia de que “preservar não é (só) tomar”, como nos sugere o título do estudo. Os estudiosos detiveram suas atenções na Rua da Carioca, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo eles, há uma relação dialética entre preservação e abandono; como consequência observamos que tal situação se reflete nos modos de intervenção no patrimônio cultural, particularmente no edificado, e nas decisões sobre sua gestão. Nesse sentido, podemos argumentar que essa realidade decorre das escolhas normativas feitas pelos órgãos de tutela do patrimônio. O que esses pesquisadores também defendem é que o tombamento não deve ser o instrumento, por excelência, para a preservação. Assumem a premissa de que, para que o patrimônio cultural seja preservado, ele deve desempenhar função social, como a própria Carta Magna brasileira preconiza a partir de 1988, quando regula os direitos individuais e coletivos.

Finalizando a discussão sobre o tombamento, destacamos que esse instrumento só consegue fazer sentido em relação à realidade a que será aplicado quando parte de um processo participativo. Saraiva (2021) esclarece que o processo coletivo deve ser compreendido como momento para a discussão. O intuito da discussão é conferir ao instrumento a tutela do direito coletivo. Conforme o Decreto-Lei 25/1937, o tombamento é uma lei especial e dispõe sobre o processo e as implicações dessa lei. Uma vez regulado o tombamento de um artefato, uma propriedade particular, por exemplo, caberá ao proprietário alguns cuidados, mas

não a perda do seu direito de propriedade. Nesse sentido, “o tombamento é um dos instrumentos de proteção do patrimônio histórico e cultural, podendo-se dizer que, por ele, limita-se o direito de propriedade, com a imposição de restrições de uso e obrigações atinentes à conservação do bem” (SARAIVA, 2021, p. 135)

Uma outra dimensão importante para a preservação dos bens patrimoniais, aqui os edificados, é a sua reutilização. Essa dimensão se encontra em sinergia com ideia da função social da propriedade, mencionada anteriormente. Neste contexto, é relevante destacar que grande parte dos edifícios centenários deve sua longevidade à conservação e preservação pelo uso contínuo, aquele definido originalmente. Porém, quando pensamos no reuso, algumas conjunturas precisam ser consideradas, dentre elas destacamos: a tipologia construtiva, a proposta da nova adequação, a materialidade da construção e, tão importante quanto as anteriores, o novo projeto de reuso. Um exemplo de reconversão que considerou a tipologia arquitetônica é o antigo Convento do Carmo, em Salvador, Bahia, que, na década de 1980, tornou-se um hotel.

Em nosso cenário contemporâneo, muitas construções tornaram-se ociosas por diferentes razões: econômicas, decisões políticas, interesses culturais, entre outras. Nesse sentido, muitas foram demolidas e muitas foram reaproveitadas para um outro uso. Adquiriram um valor, o valor de contemporaneidade, o que significa que foram dotadas de capacidade e de novas criações modernas para satisfazer o homem atual. São exemplos de reuso, ou reconversão arquitetônica, aqueles implementados em Roma: as Termas de Diocleciano foram convertidas em templo cristão, o Teatro de Marcelo foi transformado em habitação coletiva e o mausoléu de Cecília Metela foi adaptado para torre de defesa. No Brasil são muitos os exemplos de construções dos períodos colonial e imperial, por exemplo, que foram convertidas em museus, teatros, secretarias, salas de artes etc. No entanto, ainda são tímidas as iniciativas de transformar as grandes edificações históricas em habitações sociais (LYRA, 2016).

Debater o patrimônio cultural é algo complexo, contudo, necessário ao acelerado movimento do tempo, aos interesses e ao próprio debate, que vêm relegando a um plano secundário o que é antigo. Para avançar com as políticas de preservação, proteção e conservação, conjuntamente com ações sociais, coletivas, é fundamental promover experiências, mesmo as acadêmicas, que têm como objetivo formar um profissional reflexivo que compreenda o seu raio de atuação e sua

realidade de transformação. A educação patrimonial se apresenta como mais uma ação (na prática), como mais um processo que se cerca do propósito de conscientizar e educar a coletividade sobre os feitos e expressões anteriores.

“Reflexão-na-ação”

Com o desenvolvimento de uma consciência sobre os direitos dos bens patrimoniais e o alargamento do conceito de patrimônio cultural, a defesa desse acervo ganhou relevância no cenário atual. Nesse sentido, o ensino sobre o tema nos cursos de graduação e pós-graduação tornou-se relevante para promover não somente uma formação especializada sobre as diferentes realidades que o envolvem, mas também para fomentar uma educação patrimonial reflexiva, coletiva e coerente com essas mesmas realidades. Segundo Carsalade, Oliveira e Moreira (2022) a educação patrimonial deve contemplar temas sociais, edificações, localidades e memória. O que se deve promover é uma reflexão-ação que busque assegurar a dinâmica identitária de qualquer bem no cotidiano das pessoas.

A pesquisadora Florêncio (2012, p. 23) complementa revelando que os processos educacionais que tenham como tema central o patrimônio cultural são mais efetivos quando integrados às outras dimensões da vida das pessoas. Em síntese, essa integração deve fazer sentido e ser percebida nas práticas cotidianas. É preciso “associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados”. Conjuntamente, é necessário fazer da educação patrimonial um instrumento de políticas públicas, já que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais.

Assim, para construir um corpo metodológico para o desenvolvimento do trabalho proposto aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, nos fundamentamos nos seguintes instrumentos de pesquisa: levantamento bibliográfico junto a repositórios acadêmicos, realizado a partir das palavras-chaves: “educação patrimonial”, “patrimônio cultural”, “memória e História” e “preservação”; pesquisa documental; estudos de caso; e a pesquisa-ação. Tais instrumentos conformam o método em sua essência. Eles serão detalhados abaixo, quando explanaremos os pormenores do trabalho proposto.

“Significância Cultural” foi o termo adotado para intitular a atividade curricular proposta aos alunos do 8º período do curso. O termo, segundo o Guia Operacional do Patrimônio Mundial, é um dos critérios para que um bem cultural seja reconhecido a partir de seu valor. A significância pode ser entendida como a expressão de valor estético, científico, social e espiritual de gerações passadas, presentes e futuras, sendo intrínseca ao próprio meio que a forjou, a usos, estruturas, associações, significados e registros, isto é, ela diz respeito a lugares, objetos e identidade. A significância coloca em cena as singularidades (RIBEIRO; LIRA, 2012).

Durante as primeiras considerações sobre o trabalho a ser desenvolvido pelos estudantes, foi estabelecido que ele deveria ser aplicado em pequenas cidades com uma população de no máximo 10.000 habitantes (Tabela 1). A justificativa da adoção desse critério baseia-se nos princípios de Paulo Freire, ou seja, conferir sentido ao processo de ensino e aprendizagem segundo a realidade vivenciada pelo aluno. Conforme dados do projeto pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo, campus Santa Teresinha, cidade de Passo Fundo, norte do Rio Grande do Sul, o percentual de estudantes provenientes das pequenas cidades é muito expressivo. Outro critério estabelecido para a turma foi a formação de grupos.

Cidades	População no último censo (2010)	População estimada (2021)	Densidade demográfica (2010)
Camargo	2.592	2.750	18,77 hab./km ²
Marcelino Ramos	5.134	4.239	22,35 hab./km ²
Nova Araçá	4.001	4.890	53,81 hab./km ²
Rondinha	5.518	5.033	21,88 hab./km ²
São Jorge	2.774	2.808	23,50 hab./km ²

Fonte: IBGE – Cidades, adaptado pelo autor, 2023.

TABELA 1
Dados populacionais das pequenas cidades estudadas

Uma vez definidos os critérios, conforme as aulas do conteúdo programático, foi sendo explicada gradualmente a primeira etapa da pesquisa. O trabalho seria dividido em duas etapas, com períodos de dois meses cada. Na primeira etapa

caberia aos grupos promoverem alguns levantamentos e análises dos dados coletados, dentre os quais destacamos:

i) História da Cidade: aqui os grupos deveriam elaborar um texto dissertando sobre os fatos históricos de cada uma das cidades, trazendo na composição deste item fotografias, mapas, documentos históricos, entre outras fontes documentais primárias. O acervo de arquivos foi fundamental para a construção das histórias político-sociais das cidades em estudo;

ii) Bens de Interesse Patrimonial Material: os grupos deveriam identificar os diferentes bens de interesse material que poderiam estar localizados tanto na cidade como no campo. Aqui caberia aos grupos elaborarem mapas de localização, de uso e ocupação do solo, de gabarito, de cheios e vazios e de vegetações, procurando ilustrar com fotografias que caracterizassem a relevância de cada bem identificado;

iii) Bens de Interesse Patrimonial Imaterial: nesse momento, utilizando-se de diferentes tecnologias, os grupos deveriam fotografar, filmar, gravar as receitas culinárias, as danças, os artesanatos e todas as outras expressões do saber e do saber-fazer;

iv) Bens de Interesse Patrimonial Natural: por meio da pesquisa-ação, assim como aplicada aos itens anteriores, os membros dos grupos deveriam elaborar um levantamento dos ambientes naturais de relevância patrimonial, como matas nativas, cachoeiras, cursos d'água, entre outros. Todos os artefatos naturais identificados também deveriam ser pontuados em mapas;

v) Legislação Patrimonial: a pesquisa de cada grupo deveria recair sobre as legislações patrimoniais das cidades, caso houvesse, do estado do Rio Grande do Sul e as legislações federais, contextualizadas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan.

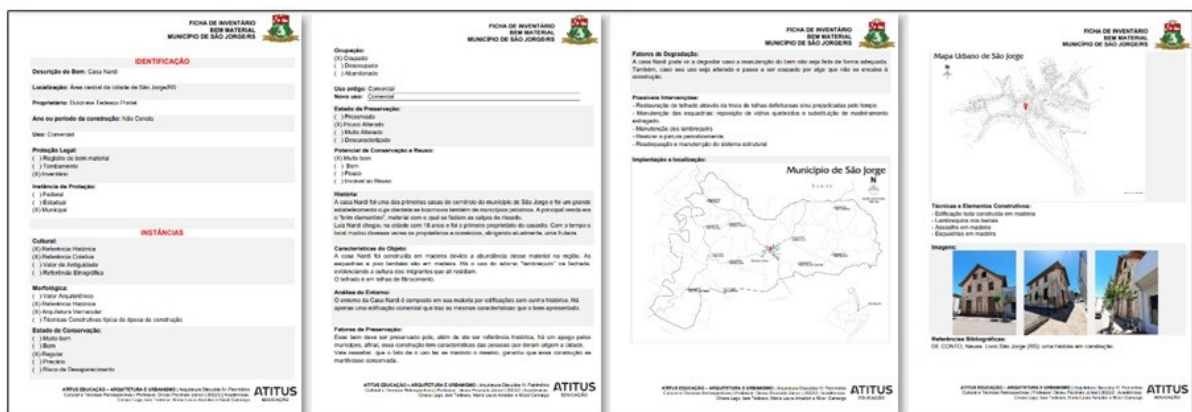
A pesquisa documental se caracteriza por estudos que utilizam diferentes tipos de documentos como fonte de dados, informações e evidências. Dentre os variados tipos de documentos que foram pesquisados pelos alunos, destacamos jornais, documentos arquivados em repartições públicas, gravações, diários, fotografia e filmes. Já a pesquisa-ação configura-se como uma pesquisa de estilo participativo, como observação participante, pesquisa participativa, investigação-ação etc. A proposta desse tipo de pesquisa é promover a participação tanto do pesquisador quanto da comunidade que está sendo estudada (MARTINS;

THEÓPHILO, 2007). Na dimensão do trabalho proposto, a intenção era de que os estudantes se permitissem vivenciar o cotidiano dos diferentes grupos sociais.

Ao fim dessa primeira etapa, os grupos deveriam elaborar pranchas no padrão da folha tamanho A2. A intenção foi de padronizar a apresentação e facilitar a leitura e compreensão de cada levantamento. Assim, observamos com entusiasmo o quão produtiva foi essa etapa, no sentido de os alunos entenderem o significado de patrimônio cultural a partir de valores comuns e reconhecidos pelas próprias comunidades. Tal conjuntura justifica o real motivo e a necessidade da ampliação do conceito de patrimônio cultural, anteriormente associado aos bens monumentais e universais e, agora, expressivo de uma realidade local.

Na segunda etapa, isto é, nos dois meses subsequentes, finalizando o segundo e último semestre letivo do ano de 2022, quando o presente trabalho foi proposto, cada grupo deveria elaborar o inventário dos bens de interesse patrimonial dessas cidades (Figura 1).

O inventário é uma forma de pesquisa, de coleta e de organização das informações sobre algo que se deseja conhecer com profundidade. “Nessa atividade, é necessário um olhar ao redor dos espaços da vida, inclusive os que podem estar junto à escola, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural do local” (BRASIL, 2013, p. 5). Um patrimônio cultural tem importância para um grupo social, ele não é referência de um indivíduo. Esses bens conectam pessoas com seus diferentes elementos de pertencimento: ambiente, objetos, comunidades, trajes, dialetos etc. Fazendo o inventário, torna-se possível descobrir e registrar os bens culturais que compõem o patrimônio de uma comunidade, do território em que ela se localiza e dos grupos sociais que fazem parte dela.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

FIGURA 1

Exemplo de uma ficha de inventário elaborada para a cidade de São Jorge

O inventário é, portanto, uma atividade de educação patrimonial. Para tanto, “seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas” (BRASIL, 2016, p. 11). A intenção por trás dessa atividade é a de integração entre os diversos atores, reconhecendo a importância da pluralidade.

Mais do que elaborar um levantamento, a proposta do inventário é a de forjar um documento de valor social, acadêmico e até – por que não? – legal. O inventário, durante boa parte do século XX, na nossa realidade brasileira, era um documento intermediário para justificar a ação do tombamento. Castriota (2009) argumenta a necessidade de vislumbrar nesse documento não mais uma etapa de mapeamento, mas efetivamente um documento detentor de valores, fortalecendo, assim, os demais instrumentos legais que regulam a preservação e conservação dos bens de valor patrimonial.

Para a construção das fichas de inventário, os grupos se utilizaram de diversos estudos de caso. Fichas elaboradas por pesquisadores, por órgãos institucionais municipais e estaduais e pelo Iphan foram analisadas pelos estudantes. Nesse último caso, os estudantes examinaram a metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimentos sobre as dinâmicas da vida social, denominada de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Esses estudos de caso acerca de fichas de inventário nos permitiram ponderar que não se deve traçar um modelo, pois ele pode incorrer em erros, uma vez que as realidades são plurais. Assim, argumentamos a importância de cada grupo confeccionar suas fichas observando as particularidades, aspectos e articulações socioterritoriais locais. Contudo, algumas informações, como identificação, localização e características, figuraram como denominador comum junto às fichas dos bens material, imaterial e natural.

Nesse cenário das construções dos inventários por parte dos estudantes, ilustramos algumas observações. Sobre a cidade de Camargo, os estudantes inventariaram diferentes aspectos da vida cotidiana dos moradores, conferindo destaque ao crochê, ao tricô, à confecção de chapéus de palha, à pesca artesanal,

aos diferentes modos de preparar o chimarrão, esses últimos no âmbito do “saber-fazer”. Quanto aos bens naturais, destacaram um poço d’água. Ele foi construído quando da fundação da cidade e era o único ponto de abastecimento de água. Alguns instrumentos foram apresentados pelos alunos, como o ferro a brasa de passar roupas, a máquina artesanal de plantio de grãos e a máquina de debulhar milho Denison. A cavalgada do dia 20 setembro foi também inventariada pelos alunos, assim como as vestimentas tradicionais utilizadas nesse evento. Algumas construções do período de formação da cidade compuseram o inventário, revelando as técnicas construtivas e os materiais empregados.

Sobre a cidade de Marcelino Ramos, os estudantes inventariaram um leque interessante de bens de valor patrimonial, do qual destacaram: a estação ferroviária da cidade, a antiga casa do chefe da estação, lamentavelmente em estado comprometedor, o Grande Hotel de Marcelino Ramos, em ruínas, e o edifício Saule Pagnoncelli, em arquitetura eclética. Quanto aos bens imateriais, foram apontados pelos estudantes o evento Café Colonial da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, o Kerp-Fest, isto é, a festa do chopp, evento típico das comunidades alemãs no Brasil, e a Romaria de Nossa Senhora da Salette.

No inventariamento da cidade de Nova Araçá, as estudantes registraram, dentro dos bens de interesse material, o Colégio Mater Amabilis, a gruta em louvor a Nossa Senhora de Lourdes, a indústria de móveis Irmãos Frasson & Cia. e a Moenda Club. Quanto aos bens imateriais, a culinária com as receitas de capeletti, de struffoli e de grostoli, por exemplo. Ainda inventariaram as celebrações em honra a Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora de Lourdes. Na dimensão dos bens naturais, o grupo destacou o valor do “Passo Velho do Afonso”, por reunir inúmeras pessoas interessadas na beleza natural do lugar.

O grupo que estudou a cidade de Rondinha registrou alguns bens materiais, como a pequena capela católica de Schio, o primeiro hotel da cidade e um exemplar típico de residências construídas em madeira pelos imigrantes italianos. Interessante ainda mencionar o moinho de farinha que o grupo inventariou. Sobre os bens imateriais, o grupo apontou a importância do rito da quaresma e a romaria em louvor a Nossa Senhora da Saúde para a população local. Os centros de tradições gaúchas foram retratados em todos os inventários.

Finalizando com a cidade de São Jorge, o grupo registrou no inventário algumas edificações, como a casa de Edmundo Ramos, construída em tábuas de

madeira, a casa Nardi, situada na cidade, também edificada em madeira, a casa Soeli Batistel, atual Museu Municipal, e a antiga residência do padre Guilherme Postal, de características tipicamente italianas. Esses são alguns exemplos de bens materiais registrados pelo grupo. No tocante aos bens imateriais, registraram o Clube das Mães, um grupo de mulheres que organiza atividades e oficinas de artesanato, o jantar italiano, a novena em homenagem a Nossa Senhora do Rosário de Pompéia e o tapete de Corpus Christi.

Cada uma dessas cidades guarda uma significância cultural, por isso a relevância de olhar particularmente para cada uma delas. A educação aplicada no desenvolvimento desse trabalho tinha justamente esta preocupação, a de mostrar para os estudantes e as comunidades que participaram voluntariamente que os valores não precisam ser necessariamente institucionalizados, reconhecidos mediante um instrumento jurídico. O que pode conferir aos bens valores material, imaterial e natural, ou seja, o respectivo reconhecimento como patrimônio cultural, é a capacidade de cada um deles fazer sentido com a vida, com o cotidiano, com a maneira como os cidadãos se (re)conhecem junto ao território em que forjaram uma identidade, uma cultura.

Considerações finais

A valorização e as dinâmicas de preservação dos bens patrimoniais têm ganhado destaque no cenário atual. Discussões acaloradas sobre o que preservar, a importância de preservar e como preservar têm colocado diferentes grupos em posição de disputa. E a disputa que destacamos é a financeira. De um lado identificamos grupos que desvalorizam os artefatos culturais devido aos interesses financeiros. Numa outra vertente, observamos grupos que defendem e se interessam pelo patrimônio cultural, mas são aqueles que entendem os bens como ativos financeiros e, numa terceira vertente, estão os grupos que efetivamente defendem o patrimônio como (i)materialidade social. Perspectivas e posicionamentos diferentes, mas que contribuem para o debate e a busca de caminhos democráticos e justos para a cultura.

A educação patrimonial é o contributo maior dentro do debate, pois é com ela que podemos sensibilizar diferentes grupos acerca da História, dos valores, dos

afetos, das construções, dos saberes. Ela tem como fundamento estabelecer a interlocução entre diferentes grupos, diferentes instâncias e instituições, almejando construir projetos de memórias. A memória e a História, cada uma dentro de seus propósitos, colaboram com esses projetos, pois eles é que deverão promover articulações entre posições antagônicas e pavimentar práticas efetivas, múltiplas, plurais, mas singulares.

O que esses alunos puderam desenvolver com o trabalho prático, mais do que uma “reflexão-na-ação”, foi a capacidade de conferir sentido às suas vidas, suas memórias, seus territórios. Resgatando a hipótese lançada, com os levantamentos e inventários, alunos e comunidades vislumbraram novos horizontes acerca dos seus respectivos bens de valor patrimonial, pois conferiram sentido de valor ao ambiente e aos artefatos que os cercam.

A observação mais significativa foi a mudança quanto ao entendimento do que é um bem de valor patrimonial. No início do desenvolvimento da atividade, os alunos argumentavam que um patrimônio tinha que ser tombado, situação que seria difícil de identificar numa pequena cidade, salvo raras exceções. Com as aulas e debates em sala de aula, e com o trabalho sobre “Significância Cultural”, demonstrou-se que institucionalização não é sinônimo de preservação. O que resguarda a permanência de qualquer artefato na dinâmica de nossa vida cotidiana é a memória ativa, afetiva, plena de signos e significados para cada grupo social.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRANT, Leonardo. *O poder da cultura*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Educação Patrimonial: Manual de Aplicação: Programa Mais Educação*. Brasília, DF: Iphan, 2013.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação Patrimonial: Inventários Participativos: Manual de Aplicação*. Brasília, DF: Iphan, 2016.
- CARSALADE, Flavio de Lemos; OLIVEIRA, Rafael Almeida de; MONTEIRO, Ana Batriz Rocha. Um breve panorama sobre o ensino superior de patrimônio no Brasil no contexto Latino-Americano. *CADERNOS PROARQ*. Rio de Janeiro, n. 38, p. 273-289, 2022.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

GUIA, George da. *Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*. São Paulo: Annablume, 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. revista. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

LYRA, Cyro Corrêa. *Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso*. Brasília, DF: Iphan, 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

RIBEIRO, Cecília; LIRA, Flaviana. Autenticidade, Integridade e Significância Cultural. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio Mendes. *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

SAMPAIO, Andréa da Rosa; SOARES, Gabriel Verinaud. Preservar não é (só) tomar. O (o) caso da rua da Carioca, Rio de Janeiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 252.07, Vitruvius, s/p, 2021.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. *Projeto*, São Paulo, n. 86, p. 60-61, abr. 1986.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

SARAIVA, Stella de Oliveira. *Patrimônio Cultural: Direito e Processos*. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Dirceu Piccinato Junior é Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da ATITUS Educação, campus Santa Teresinha, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Doutor e Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP) e Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda, campus Ribeirão Preto, São Paulo.

Como citar:

PICCINATO JUNIOR, Dirceu. Educação patrimonial: uma reflexão sobre os bens culturais das pequenas cidades. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 1, p. 466-485, jan./jun. 2023. Disponível em: pem.assis.unesp.br.